

# O DIREITO

NA FRONTEIRA DAS

# POLÍTICAS PÚBLICAS

2ª edição

GIANPAOLO POGGIO  
**SMANIO**

PATRÍCIA TUMA MARTINS  
**BERTOLIN**

PATRICIA BRASIL  
**MASSMANN**

(Organizadores)



Editora  
**Mackenzie**

# O DIREITO

NA FRONTEIRA DAS

# POLÍTICAS PÚBLICAS

2ª edição

GIANPAOLO POGGIO

**SMANIO**

PATRÍCIA TUMA MARTINS

**BERTOLIN**

PATRICIA BRASIL

**MASSMANN**

(Organizadores)

Coleção Direito Mackenzie, 8

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Reitor: Benedito Guimarães Aguiar Neto

Vice-reitor: Marco Tullio de Castro Vasconcelos

EDITORA MACKENZIE

Coordenador: Roberto Borges Kerr

*Conselho Editorial*

Carlos Guilherme Santos Seroa da Mota

Elizeu Coutinho de Macedo

Helena Bonito Pereira

João Baptista Borges Pereira

Jônatas Abdias de Macedo

José Francisco Siqueira Neto

José Paulo Fernandes Júnior

Karl Heinz Kienitz

Luciano Silva

Marcel Mendes

Vladimir Fernandes Maciel

COLEÇÃO DIREITO MACKENZIE

Diretor: José Francisco Siqueira Neto

# **O DIREITO** **NA FRONTEIRA DAS** **POLÍTICAS** **PÚBLICAS**

**2ª edição**

**GIANPAOLO POGGIO**  
**SMANIO**

**PATRÍCIA TUMA MARTINS**  
**BERTOLIN**

**PATRICIA BRASIL**  
**MASSMANN**

**(Organizadores)**

 Editora  
**Mackenzie**

Copyright © 2019 Gianpaolo Poggio Smanio, Patrícia Tuma Martins Bertolin e  
Patrícia Brasil Massmann

Todos os direitos reservados à Editora Mackenzie.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio  
ou forma sem a prévia autorização da Editora Mackenzie.

*Coordenação editorial:* Jéssica Dametta

*Preparação de texto:* Jéssica Dametta

*Revisão e capa:* Ana Cláudia de Mauro

*Projeto gráfico e diagramação:* Jéssica Dametta

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 O direito na fronteira das políticas públicas / Gianpaolo Poggio  
Smanio, Patrícia Tuma Martins Bertolin, Patrícia Brasil Massmann  
(organizadores). – 2. ed. – São Paulo : Editora Mackenzie, 2019.  
464 p. ; 23 cm. – (Coleção Direito Mackenzie ; 8).

Inclui referências bibliográficas.

ISBN 978-85-8293-821-8

1. Direito constitucional. 2. Política pública. 3. Brasil. 4. Direitos  
fundamentais. I. Smanio, Gianpaolo Poggio, organizador. II. Bertolin,  
Patrícia Tuma Martins, organizadora. III. Massmann, Patrícia Brasil,  
organizadora. IV. Série.

CDD 342.085

---

Bibliotecária Responsável: Eliana Barboza de Oliveira Silva - CRB 8/8925

EDITORA MACKENZIE

Rua da Consolação, 930

Edifício João Calvino, 7º andar

São Paulo – SP – CEP 01302-907

Tel.: (55 11) 2114-8774/2114-8785

E-mail: [editora@mackenzie.br](mailto:editora@mackenzie.br)

Site: [www.mackenzie.br/editora](http://www.mackenzie.br/editora)

Editora afiliada:



# SUMÁRIO

- 9 Prefácio  
*José Francisco Siqueira Neto*
- 13 Cidadania e políticas públicas  
*Gianpaolo Poggio Smanio*
- 25 Para além da judicialização: a necessidade de uma nova forma de abordagem das políticas públicas  
*Clarice Seixas Duarte*
- 39 A legitimidade do Ministério Público como forma de garantir o acesso à justiça  
*Andrea Boari Caraciola e Lourdes Regina Jorgeti Barone*
- 57 Comunidades terapêuticas no Brasil: a equivocada tentativa de legitimação de um tratamento ineficaz  
*Luanalena Swidnicki Duailibe e Klenia Meireles Cantanhede Lago*
- 79 Políticas de segurança pública: questionamentos preliminares  
*Humberto Barrionuevo Fabretti*
- 91 As políticas públicas voltadas à prevenção e ao consumo de drogas  
*Maria Fernanda Soares Macedo e Fernanda Rocha Martins*
- 121 Reintegração social dos cidadãos-egressos e trabalho  
*Rodrigo Felberg e Denise Vital e Silva*
- 151 Políticas públicas e exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão  
*Ana Gabriela Mendes Braga e Bruna Angotti*
- 165 Raça como categoria de análise, o Estado brasileiro e as políticas públicas para a promoção da igualdade racial  
*Sandra Cordeiro Molina*

- 171** O papel das ações afirmativas no combate à discriminação contra a mulher negra no mercado de trabalho  
*Alessandra Benedito e Klariene Andrielly Araújo*
- 185** Efetiva inclusão no mercado de trabalho e educação não sexista: vias para a autonomia econômica da mulher  
*Patrícia Tuma Martins Bertolin e Monica Sapucaia Machado*
- 205** Nações indígenas no Brasil: genocídio sistêmico e estrutural  
*Flávio de Leão Bastos Pereira*
- 257** As políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero no Brasil: a participação das mulheres na política  
*Fabiana Larissa Kamada*
- 271** Avanços e perspectivas no enfrentamento da violência psicológica contra a mulher  
*Patrícia Brasil Massmann e Débora Massmann*
- 305** O direito à creche no município de São Paulo: reflexões sobre os mecanismos de implementação do direito social à educação infantil  
*Ana Cláudia Pompeu Torezan Andreucci e Carla Noura Teixeira*
- 325** As políticas públicas de avaliação da educação básica no Brasil  
*Michelle Asato Junqueira*
- 337** Participação social na construção de políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente: o caso do Instituto Formar (antiga Guarda Mirim de Piracicaba)  
*Ivan Gerage Amorim e Orlando Guimaro Junior*
- 353** Ciência e tecnologia para superação do subdesenvolvimento  
*Marco Aurélio Cezarino Braga*
- 369** Pesquisa científica como política pública e de desenvolvimento nacional: a necessidade de diálogo e suas possibilidades  
*Eduardo Castedo Abrunhosa e Susana Mesquita Barbosa*

- 385** Políticas públicas e moradia: a falta de acompanhamento como óbice à concretização do direito à cidade  
*Patrícia Roguet e Roberta Dib Chohfi*
- 395** Políticas públicas e programas de transferência de renda no Brasil  
*Edna Luiza Nobre*



## PREFÁCIO

José Francisco Siqueira Neto<sup>1</sup>

Apresentar a segunda edição do livro *O Direito na fronteira das políticas públicas*, organizado pelos eminentes professores Gianpaolo Poggio Smanio, Patrícia Tuma Martins Bertolin e Patricia Brasil Massmann, é especialmente marcante para mim, por vários motivos.

O primeiro, de natureza editorial, indica que a publicação da primeira edição foi um sucesso tanto do ponto de vista acadêmico quanto do ponto de vista comercial.

O segundo motivo, corroborado pelo anterior, é o efeito positivo que a obra teve no meio acadêmico do Direito e das demais ciências sociais. A quantidade expressiva de citações dos artigos desta obra em periódicos científicos, teses, dissertações e capítulos de livros demonstra claramente que o conteúdo teve um impacto na produção do conhecimento científico e inegável respeito dos pares.

O terceiro motivo é a contribuição da obra para a formação e a consolidação da cidadania crítica no Brasil, mediante estudos voltados ao fortalecimento e ao aperfeiçoamento das políticas públicas, mesmo nesse momento de forte assédio de fontes internacionais. Todas as temáticas abordadas nos 21 capítulos do livro não são meras discussões teóricas, mas oferecem à sociedade um verdadeiro roteiro de gestão sobre vários assuntos relevantes e determinantes à cidadania.

---

<sup>1</sup> Professor titular da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (FDir-UPM).

O motivo “síntese”, porém, que mais me toca é o sucesso de um projeto de busca permanente pela excelência acadêmica iniciado há quase duas décadas no Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico, substancialmente ampliado com o acolhimento integral da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (FDir-UPM). Esta segunda edição representa o elevado estágio acadêmico atingido pelos professores e alunos do nosso Programa e indica as possibilidades de formação de redes de pesquisa nacionais capazes de aumentar a capilaridade e a solidariedade nacional do Programa, ponto essencial para a manutenção dos níveis de excelência.

Os capítulos estão organizados por blocos de assuntos:

1. Políticas Institucionais, que abrange os seguintes textos: “Cidadania e políticas públicas”, de Gianpaolo Poggio Smanio; “Para além da judicialização: a necessidade de uma nova forma de abordagem das políticas públicas”, de Clarice Seixas Duarte; “A legitimidade do Ministério Público como forma de garantir o acesso à justiça”, de Andrea Boari Caraciola e Lourdes Regina Jorgeti Barone; e “Comunidades terapêuticas no Brasil: a equivocada tentativa de legitimação de um tratamento ineficaz”, de Luanalena Swidnicki Duailibe e Klenia Meireles Cantanhede Lago.
2. Políticas de Segurança Pública, composta pelos artigos: “Políticas de segurança pública: questionamentos preliminares”, de Humberto Barrionuevo Fabretti; e “As políticas públicas voltadas à prevenção e ao consumo de drogas”, de Maria Fernanda Soares Macedo e Fernanda Rocha Martins.
3. Políticas Prisionais, com temas vinculados ao bloco anterior e composto pelos seguintes textos: “Reintegração social dos cidadãos-egressos e trabalho”, de Rodrigo Felberg e Denise Vital e Silva; e “Políticas públicas e exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão”, de Ana Gabriela Mendes Braga e Bruna Angotti.

4. Raça, Etnia e Gênero, maior bloco de artigos do livro, contendo: “Raça como categoria de análise, o Estado brasileiro e as políticas públicas para a promoção da igualdade racial”, de Sandra Cordeiro Molina; “O papel das ações afirmativas no combate à discriminação contra a mulher negra no mercado de trabalho”, de Alessandra Benedito e Klariene Andrielly Araújo; “Efetiva inclusão no mercado de trabalho e educação não sexista: vias para a autonomia econômica da mulher”, de Patrícia Tuma Martins Bertolin e Monica Sapucaia Machado; “Nações indígenas no Brasil: genocídio sistêmico e estrutural”, de Flávio de Leão Bastos Pereira; “As políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero no Brasil: a participação das mulheres na política”, de Fabiana Larissa Kamada; e “Avanços e perspectivas no enfrentamento da violência psicológica contra a mulher”, de Patricia Brasil Massmann e Débora Massmann.
5. Educação, composto pelos seguintes textos: “O direito à creche no município de São Paulo: reflexões sobre os mecanismos de implementação do direito social à educação infantil”, de Ana Claudia Pompeu Torezan Andreucci e Carla Noura Teixeira; “As políticas públicas de avaliação da educação básica no Brasil”, de Michelle Asato Junqueira; e “Participação social na construção de políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente: o caso do Instituto Formar (antiga Guarda Mirim de Piracicaba)”, de Ivan Gerage Amorim e Orlando Guimaro Junior.
6. Política de Ciência, Tecnologia e Inovação, que apresenta os artigos: “Ciência e tecnologia para superação do subdesenvolvimento”, de Marco Aurélio Cezarino Braga, e “Pesquisa científica como política pública e de desenvolvimento nacional: a necessidade de um diálogo e suas possibilidades”, de Eduardo Castedo Abrunhosa e Susana Mesquita Barbosa.
7. Moradia, com um único texto denominado “Políticas públicas e moradia: a falta de acompanhamento como óbice à concretização do direito à cidade”, de Patrícia Roguet e Roberta Dib Chohfi.

8. Políticas de Transferência de Renda, com o texto “Políticas públicas e programas de transferência de renda no Brasil”, de Edna Luiza Nobre.

A divisão da obra é extremamente interessante, uma vez que mescla debates teóricos sobre políticas públicas e análises de casos concretos, permitindo uma interação entre teoria e prática que confere à abordagem um padrão mais denso e desafiador.

Esta obra é realmente a demonstração pronta e acabada de trabalho, dedicação, sofisticação acadêmica e instigação virtuosa. Resultado do talento de cada um dos autores, coordenados pelas mãos experientes, competentes e generosas dos professores Gianpaolo Smanio, Patrícia Bertolin e Patricia Massmann, exemplos de seriedade acadêmica e compromisso educacional.

*O Direito na fronteira das políticas públicas* é mais um importante resultado da reflexão conjunta do grupo de pesquisa “Políticas públicas como instrumento de efetivação da cidadania”, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e constituído por alunos, egressos e professores da UPM. Sua pesquisa, essencialmente interdisciplinar e articulada, é inovadora no campo jurídico.

A análise da relação entre o Direito e as políticas públicas, que tem se intensificado nas últimas décadas, é fundamental para esclarecer as razões da insuficiência das medidas de promoção da cidadania previstas na Constituição Brasileira de 1988.